

# O SAGRADO E O PROFANO

\*\*\*

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

## ACTIVIDADE CIENTÍFICA

### OS CONGRESSOS SOBRE A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Pode dizer-se que o ano de 1987 ficará marcado pela realização de colóquios temáticos de certa importância no campo da História: a Revolução Francesa e a Península Ibérica, que foi objecto de um encontro internacional realizado em Coimbra no mês de Março, cujas comunicações serão publicadas nos próximos volumes desta Revista e da Revista Portuguesa de História; a História Local e Regional, que teve e vai ter vários encontros no país, desde as Beiras (Lamego - Mangualde - Viseu) até ao Ribatejo (Santarém) e Alentejo (Portalegre), permitindo-nos pensar que se encontra em fase de estruturação científica; a História da Educação, que conheceu o seu primeiro grande encontro em Outubro, na Fundação Gulbenkian, com um levantamento sobre as fontes relativas às várias áreas que supõe; e, finalmente, entre outras mais iniciativas (uma, por certo de grande interesse, organizada pela Associação de Professores de História, agora em fase de significativa actividade, sobre «A Construção Social do Passado») os colóquios sobre a Inquisição.

O primeiro colóquio sobre esta temática efectuou-se em Lisboa (17 a 21 de Fevereiro) e o segundo, complementar do primeiro, em São Paulo (20 a 23 de Maio). No entanto, no Brasil ocorreram, um pouco por todo o lado, várias sessões culturais e científicas com o objectivo de marcar os 450 anos da criação da Inquisição moderna em Portugal, que como se sabe, se verificou em 1536. Entre elas deve destacar-se o congresso que se verificou no Rio de Janeiro (25 a 29 de Maio) e que atraiu aí alguns dos investigadores, de várias nacionalidades, que haviam estado presentes em São Paulo, para além dos historiadores locais.

O breve contacto que tive com o colóquio de Lisboa, a minha presença activa no congresso de São Paulo e a minha participação nos últimos dias no congresso do Rio permite-me apresentar algumas reflexões sobre estes acontecimentos que, indubitavelmente, se destacaram no ambiente cultural dos dois países irmãos. Começarei por dizer que, na minha opinião, o melhor comentário jornalístico ao congresso de São Paulo — no meio de uma soma enorme de artigos publicados na imprensa portuguesa, relativos a esse congresso e ao de Lisboa, revelando o interesse suscitado pelo tema e também (terá de se dizer) à maior importância que é atribuída pelos *mass-media* a tudo o que tem por centro de realização a capital — foi assinado por uma

jornalista brasileira, Cremilda Medina (cfr. *O Jornal*, 29.5.87, p. 38). Digo isto porque me parece que, em poucas e incisivas palavras, soube, na verdade, sintetizar os pontos essenciais que caracterizaram esse importante acontecimento. O próprio título do artigo é elucidativo «Reler *L Inquisição* em tempos nublados», pois efectivamente, quem esteve no congresso de São Paulo, como nos de Lisboa ou do Rio, verificou facilmente que as grandes polémicas do nosso tempo não deixaram de transparecer ali de forma directa ou indirecta, de maneira científica ou ao modo de debate ideológico.

Na verdade, se por um lado, reviveu um certo tom «compreensivo» relativamente à Inquisição, ainda que essa «compreensão» se tenha situado essencialmente no campo científico — «compreender» o Santo Ofício no seu tempo e procurar conhecer a «realidade» da sua actuação, e dos seus mecanismos de repressão e de catequese, contra juízos essencialmente ideológicos de ataque ao Santo Ofício, que transferem o Presente para o Passado —, também se manifestou, por outro lado, um discurso sistematicamente crítico do tribunal, radicado em concepções ético-políticas que advêm sobretudo das ideias liberais e que se desenvolvem até hoje, numa perspectiva científico-ideológica (mais científica ou mais ideológica). Neste sentido, a sombra fantasmagórica do «fascismo» português ou das ditaduras da América Latina, e até do nazismo, considerados por vezes como espécie de prolongamento do ambiente de intolerância que possibilitou o aparecimento e a acção da Inquisição, não deixaram de marcar a sua presença, como até a situação colonial de Portugal, onde se centrava a Inquisição, em relação ao Brasil. E, de modo também vincado, não deixou de surgir no espaço de discussão científica e/ou ideológica o (infelizmente) eterno «problema judaico», que origina quase sempre posições pró ou *contra*, sem haver possibilidade de «neutralismo» ou de «objectividade».

Com isto quero dizer que os congressos sobre a Inquisição se destacaram mais pela discussão «cultural» (e ideológica) do que pelo debate científico? Bem, desdramatizemos os conceitos e as situações. Por um lado, deveremos deixar bem claro que a História não se pode desvincular do discurso ideológico — o que sucede sim é que essa ligação se pode operar a várias dimensões, podendo atingir a forma extrema da chamada «história ideológica» ou, se se quiser, do «ideologismo historiográfico» — e que por isso o surgir das ideologias é sempre uma realidade, sendo, porém, necessário evitar o extravasamento para áreas radicais. Por outro lado, teremos de dizer que em congressos relativamente abertos como estes — e talvez seja importante que assim aconteça — se correm obrigatoriamente certos riscos, sendo, todavia, de evitar que, à custa da vontade de dar à História um plano de convívio cultural a transformemos num simples debate de «ideias», onde Passado e Presente se confundem. Ora, tendo em conta estas considerações, e aceitando que na verdade os congressos realizados tiveram momentos onde a História como Ciência (ainda que «Ciência especial») esteve ausente, pode dizer-se que valeram sobretudo pela «comunicação» científica. E digo «comunicação» porque houve excelentes tempos de explanação de investigações científicas, em termos de sínteses ou de pesquisas localizadas, embora escasseasse a discussão metodológica e teórica, que necessariamente nos levaria a enfrentar (desta vez de um modo científico) o problema das ideologias como elemento condicionador da análise e das interpretações historiográficas da Inquisição, assim como faltou o debate sobre a organização da investigação relativa ao Santo Ofício em Portugal e no Brasil.

## *Actividade Científica*

A quantidade elevada de congressistas portugueses e brasileiros que apresentaram comunicações mostra que afinal o nosso panorama historiográfico relativamente à Inquisição portuguesa não é tão pobre quanto se julgava, tão pobre, sobretudo, se confrontado com o panorama historiográfico espanhol, que se fez representar por importantes historiadores na matéria? Em parte é isso verdade, dado que se estão a verificar algumas tentativas, embora ainda incipientes, de organizar a pesquisa sobre o tema, como se estão a realizar as primeiras dissertações de doutoramento. Mas o que essa quantidade revela também é o interesse que o tema suscita e, acima de tudo, ela é indiciadora de que a Inquisição marcou de tal forma a realidade portuguesa e brasileira durante cerca de três séculos que os historiadores, ao estudarem outras temáticas, depararam necessariamente com o Santo Offício e daí a razão porque, não sendo especialistas no tema, o abordaram (e por vezes com comunicações de certa importância).

Concluindo, direi que os congressos sobre a Inquisição tiveram indubitavelmente um grande significado no panorama cultural e historiográfico português e brasileiro. Houve, é certo, algumas ausências significativas em todos os colóquios — recorde, no caso português, que melhor conheço, Mário Brandão, que publicou alguns processos fundamentais sobre os professores do Colégio das Artes, Silva Dias, que dedicou ao tema algumas páginas fundamentais nos seus estudos sobre o Humanismo e sobre a Maçonaria, António José Saraiva, o polémico autor das duas sínteses sobre o assunto publicadas no nosso século, Borges de Macedo, que escreveu um excelente ensaio sobre a<sup>h</sup> historiografia da Inquisição—mas, por certo, ela não se deve à incúria da organização e sim a dificuldades pessoais. No entanto, a verdade também é que se pôde ouvir, em alguns dos congressos, jovens investigadores que estão a trabalhar com todo o rigor científico sobre o tema, prometendo para breve trabalhos de grande valor. É isso que sucede, por exemplo, com Francisco Bettencourt e com Elvira Mea, cujas teses de doutoramento se aguardam. Acima de tudo, porém, deve destacar-se que, pela primeira vez em Portugal e no Brasil, se verificaram encontros científicos sobre a Inquisição, o que — creio — seria impossível efectuar noutros tempos ainda mais «nublados». Será esta uma apreciação ideológica? Talvez, mas assumo-a como uma «consciência cultural».

Ainda uma referência especial às duas interessantes exposições que se realizaram no âmbito dos dois congressos — uma delas, de tipo bibliográfico, promovida pela Biblioteca Nacional de Lisboa, e outra, iconográfica, que foi apresentada na Reitoria da Universidade de São Paulo. E, como não podia deixar de ser, um louvor às instituições principais que puseram de pé estes congressos — a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, a Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro — e a quem pessoalmente se empenhou — Maria Helena Carvalho Santos, Assistente da Universidade de Nova de Lisboa. Anita Novinsky, Professora da Universidade de São Paulo, e Célia Freire, Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Das três, creio poder dizer, sem desprimor para ninguém, que só Anita Novinsky é especialista da Inquisição, mas todas deram um contributo importante para que se possa iniciar o debate científico sobre ela.

*Luís Reis Torgal*